

Chegou a hora

• Primeiro, foi o projeto José Serra, substituído por outro de Antônio Kandir, por sua vez atropelado por mudanças no Imposto de Renda, pela criação do Simples, do FEF, da CPMF e da Lei Kandir. A história tributária de 1995 para cá é uma sucessão de meias-solas emergenciais. Agora, queira ou não o Governo, cresce no Congresso o movimento para misturar ajuste fiscal e reforma tributária numa ampla e definitiva negociação.

O presidente da comissão especial da reforma tributária, deputado Paulo Lustosa (PMDB-CE), espantou-se com a dimensão do ajuste que será enviado semana que vem ao Congresso como base para o acordo com o FMI. E passou a trabalhar pela negociação conjunta. A idéia é tratar as duas questões de forma integrada, reordenando o sistema fiscal e tributário do país de uma vez por todas.

Os defensores da tese acham que, se as duas iniciativas tramitarem em conjunto, amplia-se significativamente a margem de negociação do ajuste — que é emergencial — com parlamentares e governadores e se consegue um respaldo maior da sociedade às medidas.

— O Governo não pode deixar de misturar as duas coisas. O ajuste é muito pesado e tem que vir com mecanismos compensatórios. E isso pode ser feito na reforma tributária — afirma Lustosa.

O ajuste é um remédio amargo, difícil de engolir com seus cortes de investimento e de despesas de custeio, gatilho para limitar gastos e previsão de demissões para os estados que não se equilibrarem. A criação de um fundo de compensação fiscal para estados e municípios, por exemplo, pode animar os governadores.

De suas conversas nos últimos dias com governadores e secretários de Fazenda, Lustosa tirou a conclusão de que, se nada for feito para que as relações entre União, estados e municípios sejam logo repartuadas, dentro de poucas semanas o presidente Fernando Henrique terá, batendo à sua porta, mais uma longa fila de governadores quebrados. E governadores em início de mandato, plenos de poder político e influência sobre suas bancadas no Legislativo.

A discussão da CPMF também deve ser feita de forma definitiva, afirmam os defensores da negociação mais ampla. O ajuste vai propor o aumento da alíquota, possivelmente de 0,2% para 0,3%. E a última versão da proposta de reforma tributária, sua transformação em imposto permanente. Por que então tratar do assunto em duas ocasiões diferentes?

Convencidos de que a gravidade da crise fez amadurecer a convicção de que é preciso uma reforma profunda, uma mudança total na forma de se conduzir as finanças públicas, Lustosa e o relator da reforma, Mussa Demes (PFL-PI), retomaram o entendimento com o secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, sobre o projeto de reforma tributária.

Aquele que já foi atropelado e modificado dezenas de vezes.

— O Governo já fez tantos remendos que a comissão ficou feito cego em tiroteio — diz Lustosa.

A enésima versão da reforma é aquela que tem como principal novidade a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), um imposto federal mas fiscalizado e cobrado pelos estados. O IVA substituiria o ICMS, o IPI e o ISS dos municípios. Seria criado ainda um imposto seletivo sobre produtos como cigarro, bebidas e combustíveis.

Mas, no bojo de uma negociação maior, essa proposta pode sofrer ainda muitas modificações. Lustosa, por exemplo, acha que a reforma tem que ir mais longe e não se limitar a extinguir e criar impostos. Ele defende uma proposta que vem sendo chamada de “implosão da Esplanada dos Ministérios”, ou seja, a descentralização total de encargos e recursos para educação, saúde e outros serviços, que ficariam nas mãos de estados e municípios. A tal implosão seria consequência natural: sem atribuições, vários órgãos ficariam sem razão de existir, num enxugamento sem precedentes da máquina federal.

— Se confiamos na dona Maria Dias para administrar o orçamento da merenda escolar de São Raimundo Nonato, no Piauí, por que não repassar outros encargos? Para que ter a FAE aqui? No setor de transportes, também. Para que DNER? — diz Lustosa.

Segundo o deputado, quem tutela — no caso, a União — paga o preço dessa tutela. Que é, quase sempre, arcar com os prejuízos de estados quebrados que não souberam administrar suas finanças. E só mesmo uma solução drástica para pôr fim ao círculo vicioso que tanto contribui para o déficit do setor público.

— A União tem que chegar para os estados e dizer: acabou o casamento. Tomem tudo o que vocês têm direito e esqueçam meu nome, telefone e endereço — diz o deputado.

No Planalto, porém, há sérias dúvidas quanto à conveniência de juntar os alhos do ajuste fiscal com os bugalhos da reforma na mesma panela. Há até convicção de que, sob o signo da crise, chegou a hora da reforma tributária ampla.

Mas existe também enorme temor de que qualquer percalço nessa complicada negociação coloque a perder o ajuste fiscal, hoje questão de sobrevivência. Afinal, por mais que pareça, nada é fácil quando se trata de mexer no bolso dos outros.